

PROGRAMA DE EVENTO

II Minicurso Saúde Mental no Trabalho	
DOCENTE(S) / CURRÍCULO(S) RESUMIDO(S)	<ul style="list-style-type: none"> • Ricardo Baccarelli Carvalho – Médico Psiquiatra e do Trabalho • Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva – Psicóloga do Trabalho
DATA DE REALIZAÇÃO	<p>18/08/2017 - Módulo I - 8 horas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade laboral nos principais quadros psíquicos - o que pode gerar incapacidade, como deve ser adequadamente avaliada e as interferências no trabalho. • Reabilitação e readaptação dos transtornos mentais; a Reabilitação Profissional do INSS– obrigações da empresa no processo de reabilitação (estágio) e no retorno do funcionário já reabilitado (com restrições ao trabalho normal). • Como funciona a readaptação interna nas empresas; como avaliar as incapacidades parciais e estabelecer novas atividades aos trabalhadores; os riscos de assédio moral e queixas na justiça do trabalho. <p>17/11/2017 – Módulo II – 8 horas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perícia Psiquiátrica na justiça do trabalho - características particulares que diferenciam das demais doenças; Perícia Previdenciária das doenças psiquiátricas - como estes quadros são avaliados pelo INSS e como é o processo para se estabelecer nexos causais utilizados pelo órgão. • Perícia em Psicologia Jurídica no Trabalho: o que deve ser observado na perícia psicológica: aspectos subjetivos, sociais e jurídicos; principais instrumentos utilizados para avaliar as funções cognitivas, afetivas e sociais. • Apresentação e discussão de casos como possibilidade de integração dos conhecimentos trabalhados.
HORÁRIOS	<p>Manhã: 9h às 11h15min 11h15min às 11h30min: intervalo 11h30min às 13h</p> <p>Tarde: 14h às 16h15min 16h15min às 16h30min: intervalo 16h30min às 18h</p>
CARGA-HORÁRIA	Total: 16 horas-aula (2 módulos) 8 horas-aula (cada módulo)
PÚBLICO-ALVO	A) Magistrados do TRT4; B) Servidores Assessores de Desembargadores e Assistentes de Juizes do TRT4; C) Servidores do TRT4, sem pré-requisitos de cargo ou função.
FORMATO	Minicurso
MODALIDADE	Presencial/ Aulas expositivas; discussão de casos.
Nº VAGAS	44 vagas
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Sala 02 da Escola Judicial
EIXO TEMÁTICO CORRESPONDENTE	Fundamentos e Gestão
PRINCIPAIS COMPETÊNCIA(S)/DIMENSÕES A SER(EM) DESENVOLVIDA(S) (RESOLUÇÃO ENAMAT Nº 18/2015)	Adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição; Reconhecer o adoecimento social no conflito judiciário trabalhista contemporâneo
ÁREA (ADMINISTRATIVA/DIREITO/	Direito

GERENCIAL/INFORMÁTICA/QUALIDADE DE VIDA/SAÚDE)	
INSCRIÇÕES	Até as 12h do dia 14/08 (2ª-feira) * MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT4: pelo link http://www.trt4.jus.br/portaltrt/cursosAdmin.html ou Portal VOX > Cursos > Informações e Inscrições
MODELOS DE AVALIAÇÕES A SEREM UTILIZADOS E PRAZO PARA ENTREGA	Avaliação de Reação Avaliação de Aprendizagem (Questões Discursivas ou Síntese Multimídia, a seguir descritos (*)) * Prazo para envio da Avaliação de Aprendizagem (Magistrados e Servidores): 27/11/2017.
CERTIFICAÇÃO	PARA MAGISTRADOS: a certificação deste evento está condicionada à frequência mínima exigida na Resolução 08/2011 da ENAMAT, e à entrega tempestiva da avaliação de aprendizagem* (Questões Discursivas ou Síntese Multimídia), de acordo com o Ato Regulamentar 01/16 da Direção da Escola Judicial. PARA SERVIDORES: a certificação será condicionada à frequência de 75% da atividade e à entrega tempestiva da avaliação de aprendizagem* (Questões Discursivas ou Síntese Multimídia), de acordo com o Ato Regulamentar 02/16 da Direção da Escola Judicial. O certificado não garante a concessão do Adicional de Qualificação, que obedece a Portaria nº 6.113, de 18/09/12. Há previsão de pagamento de diárias aos servidores inscritos, quando devidas, e será realizado mediante verificação da lista de presenças assinada.

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

1. FREQUÊNCIA

Magistrados: a frequência dos magistrados deve ser integral, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente. A ausência em atividade formativa presencial, contanto que justificada por escrito ao Diretor da Escola Judicial, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir de sua ocorrência, e desde que não implique a extrapolação do limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total da atividade, admite compensação por meio da realização de tarefa complementar, segundo modo e prazo definidos pelo Diretor da Escola Judicial (Resolução Enamat 08/11, alterada pela Resolução Enamat 12/12).

Servidores: a frequência de servidores deve ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da atividade, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente.

2. (*) AVALIAÇÃO

Para aferir o aproveitamento das atividades formativas, requisito para sua certificação, a Escola Judicial poderá se valer de variados tipos de instrumentos de avaliação, conforme segue abaixo:

- a) Registros Reflexivos:** Consistem em anotações sobre as aprendizagens mais significativas adquiridas na aula e sua articulação com a atuação profissional. Os registros devem ser respondidos tempestivamente a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento. Sugere-se que sejam elaborados em editor de texto, salvos em arquivo próprio e, posteriormente, copiados para a plataforma *Moodle* da EJ Virtual para envio.
- b) Questões Discursivas:** São questões elaboradas pelo docente e/ou pela Escola Judicial, que permitem ao aluno expressar-se livremente e auxiliam-no a organizar o raciocínio, dando prioridade a alguns conceitos em relação a outros. Serão respondidas, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail*.
- c) Síntese Multimídia:** Pode ser apresentada em diversos tipos de mídias, como, por exemplo, áudio, mapa conceitual, apresentação ou vídeo. A síntese multimídia, em qualquer caso, deverá ser elaborada pelo aluno e revelar-se capaz de demonstrar seu aprendizado, englobando os principais conceitos identificados em aula, a partir da exposição da temática, dos debates e de consulta a materiais correspondentes ao curso. Os arquivos serão aceitos nos formatos pdf, jpg, tif, mp3, mp4, wmv, wma, wav. Deverão observar, ainda, as seguintes limitações: (a) arquivos de, no máximo, 10Mb; (b) audiovisuais de até 7 minutos de duração. Deverá ser enviada, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.
- d) Excerto de Decisão Comentado:** Essa forma de avaliação consiste na análise de um trecho de qualquer decisão judicial, já publicada, percorrendo sobre a forma como foram aplicados no excerto selecionado os conhecimentos adquiridos em aula. O aluno deverá anexar seu texto, em formato PDF, contendo as seguintes informações: (a) dados do processo (número do processo, data de publicação da decisão e nome do magistrado julgador); (b) excerto da decisão a ser comentado. Deverá ser enviado, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.

Consulte mais informações sobre Avaliação de Aprendizagem em:

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/eventos/Avaliacao/MenuEscolaPortletWindow?action=2>

3. MEDIATECA

A Escola Judicial disponibiliza, em sua EJ Virtual - acessada com *login* e senha de rede - uma *MEDIATECA*, que corresponde ao acervo dos vídeos produzidos a partir da filmagem das ações formativas presenciais que promove. Por meio da *MEDIATECA*, tendo presente a regra do art. 20, §2º, do Ato Regulamentar 03/2016 da Direção da Escola Judicial, os magistrados podem assistir determinada atividade formativa e, depois, enviar o correspondente instrumento de avaliação para a Escola Judicial, no intuito de aproveitá-la ao cumprimento de até 25% da carga horária de formação inicial ou 50% da carga horária de formação continuada. Servidores podem acessar a *MEDIATECA* livremente, mas não contabilizam as atividades formativas filmadas para fins de adicional de qualificação.

4. AVERBAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS AO SIFMT

Os magistrados, mediante requerimento, podem averbar, na Secretaria da Escola Judicial, os certificados de conclusão, com frequência mínima de 75%, de cursos externos ao Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT. Dessa averbação poderá sobrevir o aproveitamento de até 8h semestrais de formação continuada, contanto que, a critério da Escola Judicial, exista compatibilidade entre o conteúdo do curso e a tabela de competências profissionais expedida pela Enamat (Resolução Enamat 18/2015). A averbação de cursos realizados no âmbito do SIFMT não sofre a limitação de 8h semestrais. O requerimento de averbação pode ser enviado por malote ou pelo e-mail cursosei@trt4.jus.br. Servidores podem averbar cursos externos ao Tribunal junto à Secretaria da Gestão de Pessoas. Os cursos internos prescindem dessa averbação, sendo considerados automaticamente.

5. CARGA HORÁRIA MÍNIMA SEMESTRAL

Os Magistrados do Trabalho deverão frequentar atividades de formação pelo período mínimo de 30 horas-aula semestrais, se vitalícios, e 40 horas-aula semestrais, se vitaliciandos. (Resolução Enamat 09/2011).